Logo, company name

Description automatically generated

**FACULDADE LOURENÇO FILHO**

**GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS**

**MARCELO OLIVEIRA GONÇALVES**

**HIANA COSTA DA SILVA**

**LGPD: COMO A POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PODEM AFETAR A SOCIEDADE ATUAL.**

Fortaleza-Setembro/2022

**LGPD: COMO A POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PODEM AFETAR A SOCIEDADE ATUAL.**

Projeto Integrado Multidisciplinar elaborado pelos acadêmicos Marcelo Oliveira Gonçalves e Hiana Costa da Silva como exigência do Curso de Graduação Tecnológica em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da Faculdade Lourenço Filho,sob a orientação do(a) professor(a) José Eduardo Vasconcelos de Moraes.

**LGPD: Como a política de privacidade e proteção de dados podem impactar a sociedade atual.**

Projeto Apresentado ao Curso de Graduação Tecnológica em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da Faculdade Lourenço Filho, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

**Composição da Banca Examinadora**:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Dr. José Eduardo Vasconcelos de Morais – Orientador FLF

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

MSc. Marcia Terezinha Antonieto – Coordenador(a) FL

**Lista de Figuras**

Figura 1 – Tratamento de dados....................................................................................14

**Sumário**

[1. **Introdução** 5](#_Toc410009923)

[2. **Diagnóstico/Formulação do Problema** 6](#_Toc587616171)

[3. **Objetivos Gerais e Específicos** 6](#_Toc433585491)

[3.1. Objetivos Gerais 6](#_Toc241716414)

[3.2. Objetivos Específicos 6](#_Toc1242253788)

[4. **Justificativa** 6](#_Toc127666966)

[5. **Fundamentação Teórica** 7](#_Toc784053429)

[5.1.1. Dados pessoais sensíveis 7](#_Toc1096415801)

[5.1.2. Penalidades 8](#_Toc351260483)

[5.1.3. Processos realizados pela LGPD 9](#_Toc2106303210)

[5.1.4. Tratamento de dados 9](#_Toc972171677)

[5.1.5. Como podem ocorrer as penalidades 11](#_Toc694132824)

[5.1.6. Tempo de armazenamento de dados 12](#_Toc483139113)

[5.1.7. Ações que levariam a penalização 13](#_Toc1391369753)

[5.1.8. Possibilidades de prevenção e organização empresarial de acordo com a LGPD 13](#_Toc1950459207)

[6. **Metodologia** 14](#_Toc402726256)

[7. **Conclusão** 14](#_Toc2031771361)

[8. **Referências Bibliográficas** 16](#_Toc509399652)

# Introdução

Em 2006 o matemático londrino Clive Humby disse que os “Dados são o novo petróleo “, essa frase demostra que os dados possuem um imenso valor, e com isso eles deveriam ser protegidos por serem direitos fundamentais de liberdade e de privacidade.

No ano de 2012 a lei Carolina Dieckmann, nº 12.737/2012, tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos, a fim de obter dados pessoais, principalmente quando se trata de informações sigilosas, após a atriz, que também deu nome à lei, ter seu computador invadido por um hacker não-ético, onde fotos suas foram vazadas na internet no ano anterior a criação da lei.

A criação da lei se tornou necessária devido ao avanço tecnológico e a democratização e acesso facilitado às redes sociais. Assim, a lei tipifica crimes cometidos nesse ambiente a fim de aplicar penas e punições para os que cometerem esses delitos.

Essa lei se tornou precursora no que se refere aos crimes cibernéticos. A privacidade na internet foi, depois, tratada no Marco Civil Da Internet, n° 12.965, de 23 de abril 2014 e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº13.709/20, que foi criada em 14 de agosto de 2018.

No Marco Civil Da Internet é visto sobre a segurança dos dados online apenas, a LGPD cria diretrizes mais específicas, e assegura toda movimentação de dados pessoais, seja online ou offline.

A LGPD dispõe sobre artigos de limitações e proteções dos dados. Conforme O art. 5° do texto de lei, dado pessoal é toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável e a proteção dele visa garantir o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

# Diagnóstico/Formulação do Problema

Com a recém aprovada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº13.709/20, que tem por objetivo, regular as atividades de tratamentos de dados pessoais e que também altera os artigos 7° e 16º do Marco Civil da internet, disseca sobre temas importantes para a pessoa física e jurídica que armazena os seus dados na internet e quais tratamentos e limitações esses dados podem sofrer dependendo da unidade de acesso.

# Objetivos Gerais e Específicos

## Objetivos Gerais

Descrever os principais conceitos da Lei geral de proteção de dados pessoais, quando a privacidade e proteção de dados passou a ser uma preocupação e como a lei afeta a nossa sociedade.

Dissecar sobre os conceitos da Lei geral de proteção de dados pessoais e sua importância da sociedade atual.

## Objetivos Específicos

* Mostrar como e quando a privacidade e proteção de dados passou a ser preocupação no Brasil.
* Descrever os principais conceitos relacionados a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.
* Explicar a importância e os benefícios da adoção de uma Política de Privacidade e Proteção de Dados pessoais.
* Impacto e as penalidades da LGPD.

# Justificativa

Com todos os avanços tecnológicos, que ajudam no nosso dia a dia, quase nunca alguém se pergunta o que ocorre com os nossos dados pessoais que acabamos cadastrando em alguns sites ou quando nosso número de CPF é pedido no momento de uma compra seja presencial ou virtual. A LGPD veio com o intuito de proteger os direitos de privacidade, criando normas a serem seguidas por empresas para a coleta e tratamento de dados pessoais, sendo esses na maioria das vezes, dados sensíveis.

# Fundamentação Teórica

A *General Data Protection Regulation* *(GDPR)* inspirou a lei de proteção de dados brasileira, esta foi feita diante da quantidade avassaladora de dados coletados na era digital e do elevado grau de organização e inteligência empregado sobre eles (progresso quantitativo e qualitativo), viabilizando análises valorativas, não apenas pelo Estado sobre os cidadãos, mas também por empresas privadas. Disponível em:<https://tecnoblog.net/responde/gdpr-privacidade-protecao-dados/ > Acesso em: 5 de out. De 2022.).

No art. 1° da lei mostra que, por mais que vivenciemos a era digital, em que dados pessoais usualmente já nascem, são coletados, utilizados e descartados diretamente por meios digitais, de forma dinâmica, é a aplicabilidade da Lei também ao tratamento de dados em estado físico ou off-line, migrando ou não, posteriormente, para o meio digital ou on-line.

Entidades públicas e privadas que enxergarem tais proteções como direitos dos cidadãos e não somente como obrigações a serem cumpridas estarão um passo à frente dessa nova fase do *Compliance*, que agora, além do combate a corrupção, visa o uso seguro e ético dos dados pessoais. E a LGPD, logo em seu art. 1°, enfatiza essa questão, trazendo como objetivo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A preocupação com a proteção de dados pessoais está associada à própria noção de proteção da privacidade, um bem jurídico cuja inviolabilidade foi elevada ao status de direito fundamental pelas principais constituições democráticas do mundo. Sociedades civilizadas perceberam que a proteção da privacidade é elemento indissociável da dignidade da pessoa, razão pela qual qualquer ato capaz de afetar a intimidade do cidadão seria também um ato atentatório à experiência humana de uma vida digna.

### Dados pessoais sensíveis

Fundamentos apontados pela lei nos trazem definições sobre dados sensíveis, que se designa de nome completo, RG, CPF, passaporte e carteira de habilitação, endereço pessoal ou físico, telefone ou meio ativo para contato, e-mail, endereço virtual, conhecido como endereço IP, data de nascimento, localização via GPS e demais informações que afetam pessoalmente, diretamente ou não ao indivíduo.

O tipo de dado que merece ainda mais atenção, dados sensíveis também são considerados dados pessoais para a LGPD. No entanto, a diferença é que estes podem abrir margem para discriminação ou preconceito. São eles, origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente a saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Outro ponto relevante é levar em consideração são as gestões e tratamentos apenas de dados essenciais para a segurança e a gestão da empresa. Se um dado não for de alguma maneira útil para esses aspectos, não existe a necessidade de coletá-lo.

Isso vale principalmente para dados sensíveis, que não possuem utilidade na maior parte das vezes. Caso o tratamento de um dado sensível seja necessário, garanta com ainda mais certeza o consentimento do mesmo.

Um caso à parte no tratamento de dados para a LGPD, a Seção III da lei é totalmente dedicada ao tratamento de dados relacionados à crianças e adolescentes (menores de idade).

Diferente de dados pessoais e sensíveis, dados referentes a menores de idade precisam não apenas do seu consentimento, mas também do consentimento de seus pais ou responsáveis legais.

### Penalidades

Na LGPD, existem dois tipos de punições financeiras: multa simples de até 2% do faturamento da empresa, limitada ao teto de R$50 milhões por infração; ou multa diária, também limitada ao teto de R$ 50 milhões.

Na ocorrência de na LGPD, existem dois tipos de punições financeiras: multa simples de até 2% do faturamento da empresa, limitada ao teto de R$50 milhões por infração; ou multa diária, também limitada ao teto de R$ 50 milhões.

No apontamento de penalidades, são estabelecidas quatro categorias de fiscalização à ANPD: reclamação, que é a comunicação do titular de dados sobre questão apresentada ao controlador de dados e não resolvida; denúncia, caracterizada pela comunicação por qualquer pessoa, natural ou jurídica, de infração à LGPD, que não seja reclamação; representação, resumida na comunicação de autoridades públicas sobre fatos potencialmente infratores da legislação de proteção de dados; e requerimento, que é a denominação dada ao conjunto dos tipos de comunicação à Autoridade. Tendo atualmente em vigência o canal de atendimento ao cidadão e titular de dados no site do Governo Federal, que tem por finalidade recolher as reclamações dos titulares sobre o descumprimento das normas da LGPD.

Além dos processos em respostas a requerimentos, também haverá a adoção de processos de monitoramento, orientação e atuação preventiva, podendo iniciar o procedimento repressivo.

Posteriormente a fase de ascensão da denúncia ou inquérito, inicia-se a segunda fase das penalidades, acontecendo a inicialização da expedição de intimação ao agente de tratamento para que ele apresente sua defesa em até dez dias, cabendo a ele o ônus de prova.

Há, ainda, a possibilidade de recurso administrativo ao Conselho Diretor, instância administrativa máxima, também no prazo máximo de dez dias. Se assim decidido, após o processo, poderão ser aplicadas multas, conforme as disposições da LGPD.

Existindo como sanções administrativas as seguintes ações, sanções administrativas diversas, dentre elas estão advertência, multa simples, multa diária, publicização da infração, bloqueio dos dados pessoais e eliminação dos dados pessoais.

### Processos realizados pela LGPD

Na administração da ANPD sobre os processos regulatórios e de monitoramento, compete a apreciar petições de titular contra controlador após comprovada pelo titular a apresentação de reclamação ao controlador não solucionada no prazo estabelecido em regulamentação, promover na população o conhecimento das normas e das políticas públicas sobre proteção de dados pessoais e das medidas de segurança, estimular a adoção de padrões para serviços e produtos que facilitem o exercício de controle dos titulares sobre seus dados pessoais, os quais deverão levar em consideração as especificidades das atividades e o porte dos responsáveis, solicitar, a qualquer momento, às entidades do poder público que realizem operações de tratamento de dados pessoais informe específico sobre o âmbito, a natureza dos dados e os demais detalhes do tratamento realizado, com a possibilidade de emitir parecer técnico complementar e realizar auditorias com o intuito de analisar os tratamentos dos dados vigentes na instituição. Conforme informado no Art. 55-J da LGPD.

### Tratamento de dados

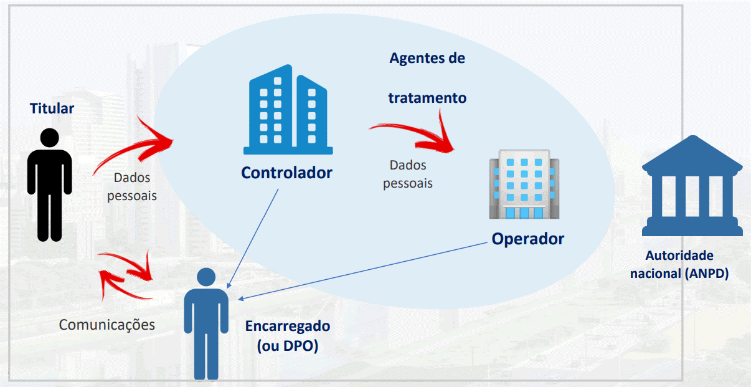
Como mostrado anteriormente, a LGPD define como dado pessoal sensível uma informação relacionada a uma pessoa física, identificada ou identificável, que trate sobre sua origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político. Além disso, incluem-se também dados que sejam referentes à saúde ou à vida sexual e dado genético ou biométrico.  
  
 Porém existem hipóteses em que é possível tratar esses dados, que seria quando o titular ou responsável, em caso de crianças, der um consentimento para finalidades determinadas, de modo que essa autorização seja específica e destacada. E as empresas precisam explicar para qual fim usaram esses dados que estão solicitando e a mesma não pode estar alterando a finalidade dos dados, ou seja, reaproveitar os mesmos para outro fim.  
  
 Caso o titular ou responsável pelos dados não dê a autorização, o tratamento será capaz de ser realizado somente em casos que seu uso for vital para:

* A empresa controladora cumprir alguma obrigação disposta em lei ou regulação.
* Execução pela administração pública de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.
* Realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis.
* Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral.
* Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros.
* Tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias.
* Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais. (Ndmadvogados. O tratamento de dados pessoais sensíveis por empresas. Disponível em:<https://ndmadvogados.com.br/artigos/o-tratamento-de-dados-pessoais-sensiveis-por-empresas>. Acesso em: 16 de out. De 2022.)

Os responsáveis pelo tal tratamento dos dados são dois agentes: o controlador e o operador. Controlador é a pessoa que recepciona os dados pessoais dos titulares por meio do consentimento das bases legais de exceção. O operador é a pessoa que trata os dados pessoais, quer seja obrigatório legalmente ou com base em um contrato.

Um ponto importante a ser mencionado aqui é que o controlador e operador segundo o art.41 da LGPD, devem indicar um encarregado para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados (ANPD), órgão da administração pública federal cuja finalidade será a criação de normas, recomendações técnicas, fiscalização, recebimento de denúncias e relatórios, aplicação de sanções e servirá de fonte de informação às empresas e aos responsáveis que poderão eles próprios orientar-se pelo tratamento de dados pessoais

**Figura 1 – Tratamento de Dados**



Fonte: Cria Tecnologia e Inovação

### Como podem ocorrer as penalidades

A responsabilidade pela fiscalização e aplicação de penalidades da proteção de dados sensíveis aqui no Brasil, é da ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados), desde agosto de 2022.

Entretanto a aplicação das penalidades está prevista para sair no primeiro bimestre do ano que vem, pois ainda falta a ANPD aprovar a dosimetria das multas, para aplicar de modo proporcional as penalidades, de acordo com o porte da empresa e o tipo de infração. Atualmente existem 26 processos de infração tramitando na ANPD, para serem apurados.

Waldemar Gonçalves Ortunho diretor-presidente da ANPD afirmou:

“Todos os fatos incidentes estão sendo analisados e, quando a dosimetria terminar, nós aplicaremos as sanções de uma forma bem proporcional.” (Carregosa,Lais. Parâmetros para punição por infração à LGPD devem sair até janeiro.Poder360,Brasilia,06 de agosto de 2022. Disponível em:<https://www.poder360.com.br/governo/parametros-para-punicao-por-infracao-a-lgpd-devem-sair-ate-janeiro/> Acesso em: 20 de out. De 2022.)

Em caso de descumprimento das diretrizes da LGPD, a empresa pode sofrer sanções administrativas que segundo o art.52 da lei que se destacam são essas:

I – advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;  
II – multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito  
privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos,  
limitada, no total, a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;  
III – multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;  
IV – publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;  
V – bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até sua regularização;  
VI – eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;  
XI- suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a  
infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período;  
XII- proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Em setembro de 2020 houve a primeira condenação pela infração da Lei geral de proteção de dados, a empresa Cyrela foi acusada de compartilhar os dados e contatos de seus clientes, pós a compra de um imóvel dela, com empresas de arquitetura, moveis planejados, construção e instituições financeiras.  
  
 A justiça do estado de São Paulo determinou que a construtora pagasse uma indenização de 10 mil reais por dados morais a um cliente. Porém 1 ano depois, em 2021 a justiça voltou atras na decisão, após não ter encontrado evidências suficientes para provar o compartilhamento das informações que foi feito pela construtora. Outro fato que pesou na decisão, foi que a compra do imóvel foi em 2018, quando a lei ainda não estava em vigor.

### Tempo de armazenamento de dados

Conforme o Art. 40 da LGPD, a ANPD poderá dispor sobre padrões de interoperabilidade para fins de portabilidade, livre acesso aos dados e segurança, assim como sobre o tempo de armazenamento dos registros, tendo em vista especialmente a necessidade e a transparência.

O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I – Verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;

II – Fim do período de tratamento;

III – Comunicação do titular, inclusive no exercício de seu regular direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público; ou

IV – Determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto nesta Lei.

### Ações que levariam a penalização

Em situações que uma instituição precisar tratar de dados sensíveis de seus clientes ou colaboradores por exemplo, ela precisa explicar de forma explicita o que fará com os dados do titular dos mesmos, e não desviar do que foi comunicado. Além disso, como digo acima, existem os tempos de armazenamento, que podem levar uma instituição a ser penalizada caso, não os respeite.

Em vigor os artigos 52, 53 e 54 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Esses dispositivos tratam das multas e demais sanções administrativas que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) poderá aplicar a qualquer “agente de tratamento de dados” que infringir normas da LGPD, a Lei 13.709/2018. Disponível em:< https://tecnoblog.net/responde/gdpr-privacidade-protecao-dados/ > Acesso em: 5 de nov. De 2022.)

O objetivo principal da lei é evitar o uso indevido dos dados pessoais sensíveis, mas existem casos que podem ocorrer descuido da parte das instituições, e ocorrer vazamentos de informações, nesses casos o controlador tem que comunicar a ANPD e os titulares dos dados segundo o art.48 da lei. A LGPD especifica que a comunicação deve ocorrer em prazo razoável a ser determinado pela ANPD. Embora não tenhamos uma previsão fixa, a Lei específica que a comunicação será considerada em eventuais auditorias, inclusive como indicativo de “transparência e boa-fé”.

Quando for casos em que está evidente a má-fé, como por exemplo a venda ou repasse de cadastros de e-mails, telefones, por exemplo, devem ser punidos com multas.

### Possibilidades de prevenção e organização empresarial de acordo com a LGPD

Dado o crescimento de vigilância nos processos de armazenamento de dados e transferência de informações, uma empresa pode se educar a buscar formas de prevenção e adaptação das regras trazidas pela Lei Geral de Proteção de dados.

As empresas precisam passar a identificar as não-conformidades e os riscos a ela relacionados a privacidade, especialmente, por meio da utilização da utilização de controles estabelecidos em melhores práticas, como, por exemplo, na ISO 27701. Seguem informações de atividades de prevenções.

* Uso de senhas e verificação em dois passos
* Backups recorrentes
* Uso de ambientes virtuais (armazenamento na nuvem)
* Auditoria e antivírus
* Não permitir que os funcionários usem seus próprios computadores, tablets ou telefones para fins de trabalho, sem qualquer tipo de trava de segurança que possa evitar roubos ou cópias de dados pessoais sem criptografia.
* Eliminar funcionários usando documentos em papel, para fins de trabalho, a exemplo de formulários, contendo informações pessoais.
* Não utilização de materiais de treinamento que apresentam detalhes completos de estudos de caso da vida real.
* Não utilização de imagens que apresentam clientes para promover seu negócio.
* Não utilização de armazenando de arquivos, a exemplo de cartões de memória, CDs e DVDs, que potencialmente contém dados pessoais, fora de um sistema estruturado de segurança.
* Não divulgação de imagens para promover o seu negócio que caracterizam os membros da equipe que usam crachás.
* Filmagens através de circuitos fechados de segurança criptografadas, onde os indivíduos são reconhecíveis.
* Não gravação de chamadas de clientes que capturam detalhes do cartão de crédito ou outras informações sensíveis.
* Não utilização de livros ou registro de visitas, onde pode ser visto informações de outras pessoas, como nomes, a empresa para a qual trabalham, o número de registro do veículo, etc.
* Evitar membros da equipe que circulam folhas de doação, de patrocínio, entrevistas ou pesquisas de mercado.

# Metodologia

A metodologia utilizada durante o andamento desse trabalho foi através da análise de documentos teóricos de artigos, livros e afins, com abordagem qualitativa, com o intuito de demostrar como a lei irá agir e suas penalidades em casos de descumprimento, para que não reste mais dúvidas ou incertezas sobre o assunto.

O trabalho foi aprofundado com a experiencia vivida pelos autores, por conta da vivencia próxima à área de segurança da informação, que contribuiu para produção do conteúdo desse trabalho.

# Conclusão

O estudo abordado neste trabalho teve como objetivo conscientizar os titulares dos dados pessoais e empresas que tratam desses dados. É visto que o cumprimento de uma lei que pretende garantir a normalização do tratamento dos dados pessoais dos cidadãos brasileiros é de suma importância. Como observado anteriormente, os avanços tecnológicos, e a transmissão de modo global de informações, acabaram trazendo consigo a necessidade de uma proteção á privacidades da população.

Discutimos sobre a introdução da LGPD, expondo outras leis que influenciaram na sua criação, que demostraram a importância de existir uma Lei Geral de Proteção de dados, e como se deu sua concepção.

A privacidade de dados é valorizada não só no Brasil, mas também no mundo, valor que nunca foi abandonado. Pelo contrário, vem o direito à privacidade cada vez mais fortalecidos diante das inúmeras reclamações sobre o uso de informações de forma ofensiva, invasiva e inadequada, mesmo sem pertencer ao proprietário controle sobre eles, incluindo seu uso para fins políticos, econômicos ou social.

Referimo-nos à introdução da lei, que abordamos na parte conceitual e de validade e classificações de dados, a verdadeira motivação para criar uma Lei Geral de Proteção de Dados como o principal objetivo de eliminar as lacunas existentes e introduzir melhorias no processamento de dados introduzido no ordenamento jurídico brasileiro, com base no Regulamento União Europeia (RGPD). A LGPD busca o equilíbrio entre o direito à privacidade e a exploração indiscriminada dados pessoais, a sua missão nada mais é do que a proteção dos direitos fundamentais Brasileiros que seriam a liberdade, privacidade, livre desenvolvimento e personalidade, enquanto o GDPR visa proteger os cidadãos dos países da UE.

Conforme os fundamentos da LGPD se pode demostrar o respeito a privacidade, liberdade de expressão, inviolabilidade da particularidade, livre iniciativa, defesa do consumidor, direitos humanos, dignidade e exercício da cidadania. Na realidade, a LGPD se aplica ao governo e às empresas, pois eles precisam garantir a maior segurança aos dados pessoais da população, sempre levando em conta os conjuntos de regras estipulados na lei, como por exemplo, a finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade, transparência, segurança, prevenção, responsabilização e a prestação de contas de tudo que se refere aos dados pessoais, conforme bem explicado ao decorrer do trabalho.

A Autoridade Nacional de Dados Pessoais (ANPD) que é responsável pela fiscalização e aplicação das penalidades da proteção de dados sensíveis no Brasil. Apesar da lei ter sido aprovada em 2018, a aplicação das multas só está prevista para sair no 1° bimestre do ano de 2013, o que de certa forma daria mais tempo para as empresas se adequarem, e para os usuários comuns terem conhecimento sobre a lei, e como ela pode impactar na sua vida.

Sabe-se que "os dados são o novo petróleo" por se tratar de matéria-prima informações das empresas e que consequentemente gera o conhecimento necessário. Este conhecimento permite que as empresas prestem um serviço ou ofereçam um produto personalizado para seus clientes. O problema não está no tratamento dos dados pessoais, mas sim no que foi feito com eles. Quando a informação é monopolizada, é mais provável que seja mal utilizada. Os dados estão em praticamente tudo o que se usam hoje em dia, pois quanto mais tecnologia, mais praticidade, maior consumo de dados pessoais.

Como informado durante todo o trabalho, a LGPD é uma regra geral para todos, a lei tem abrangência em todo o país, estabelecendo o que seria os dados pessoais sensíveis e como deve ser realizado corretamente o seu tratamento. O consentimento com o titular dos dados deve existir, com exceção dos casos em que é necessário cumprir algum critério legal. Em caso de descumprimento da lei, devem ser aplicadas as penalidades. A Lei geral de proteção de dados destaca bem a responsabilidade dos agentes de tratamento, assim como as suas funções.

Consequentemente, seria fundamental que os agentes de tratamento busquem maneiras de proteger os dados pessoais, mas também alertar o titular ou responsável pelos dados, informa-lo o que será feito com seus dados, de forma clara e precisa, para que não reste dúvidas sobre o uso dos dados.

Com todos os acontecimentos envolvendo o vazamento de dados sensíveis, as questões que envolvem a regularização para a proteção de dados pessoais, tendem a se tornarem assuntos muito discutidos e com imensas dúvidas a serem sanadas no meio civil. Dados pessoais estão em todos os lugares, e com todo o avanço do aparato e visão tecnológica, estes tendem a estar ainda mais vulneráveis a fraldes, logo se faz de extrema necessidade, que o debate e informações presentes na LGPD superem o campo acadêmico e alcance o campo não acadêmico, para que a sociedade se mantenha informada e precavida de todas as proteções referentes a seus dados, como também tome conhecimento da importância que os dados possuem.

# Referências Bibliográficas

Aurum. Lei 12.965/14: Tire as suas dúvidas sobre o Marco Civil da Internet. Disponível em: https://www.aurum.com.br/blog/marco-civil-da-internet/> Acesso em: 16 de set. De 2022.

Casa André Luiz. Definições da LGPD. Disponível em:< https://casasandreluiz.org.br/lgpd/?param1=value1&param2=value2/> Acesso em: 5 de out. De 2022.

ContiConsultoria. Processos de adaptações a LGPD. Disponível em: < https://conticonsultoria.com.br/lgpd-na-pratica-processos-e-tecnologia-da-informacao/> Acesso em: 23 de out. De 2022.

CNN. Justiça reverte decisão e inocenta Cyrela em 1 caso da lei de proteção de dados. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/justica-reverte-decisao-e-inocenta-cyrela-em-1-caso-da-lei-de-protecao-de-dados/>Acesso em 20 de out. De 2022.

CRUZ, RIBEIRO, TEIXEIRA, BANÕS, MIRANDA, COTS, ROSSI, AZEVEDO, MARCIO, DE OLIVEIRA, Andreza, Carlos Alberto, João Pedro, Ferraz, José, Leandro Alvarenga, Marcio, Renato, Ricardo, Ricardo Oliveira, Ricardo. **O Legitimo Interesse E A LGPD**: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 2. ed. rev. atual. e aum. [*S. l.*]: Revista dos Tribunais, 2021. 352 p. ISBN 9786556147253.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. 3. ed. [S. l.]: Revista dos Tribunais, 2021. 368 p. ISBN 9786559917969.

G1. Cyrela é multada em R$ 10 mil por infração a lei geral de proteção de dados. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/30/cyrela-e-multada-em-r-10-mil-por-infracao-a-lei-geral-de-protecao-de-dados.ghtml> Acesso em: 20 de out. De 2022.

Jota Info. Aplicação de penalidades da LGPD. Disponível em:< https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/regulacao-e-novas-tecnologias/o-alcance-e-a-aplicacao-das-penalidades-da-lgpd-na-pratica-21082021/> Acesso em: 13 de out. De 2022.

LGPD Soluções. A LGPD e o tempo de armazenamento dos dados pessoais. Disponível em: < https://lgpdsolucoes.com.br/blog/lgpd-tempo/#:~:text=%E2%80%93%205%20anos%20para%20dados%20relativos,dados%20de%20registro%20(log).> Acesso em: 22 de out. De 2022.

LGPD Brail.com.br. LGPD e o ciclo de vida dos dados pessoais. Disponível em: <https://www.lgpdbrasil.com.br/lgpd-e-o-ciclo-de-vida-dos-dados-pessoais/> Acesso em: 22 de out. De 2022.

MALDONADO, BLUM, Viviane Nóbrega, Renato Opice. **LGPD**: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 4. ed. rev. e atual. [S. l.]: Revista dos Tribunais, 2022. 474 p. ISBN 6559912485.

Microserviceit. LGPD e vazamento de dados: tudo o que você precisa saber. Disponível em: <https://www.microserviceit.com.br/lgpd-e-vazamento-de-dados/> Acesso em: 22 de out. De 2022.

Ndmadvogados. O tratamento de dados pessoais sensíveis por empresas. Disponível em:<https://ndmadvogados.com.br/artigos/o-tratamento-de-dados-pessoais-sensiveis-por-empresas>. Acesso em: 16 de out. De 2022.

Para empresas Catho. Penalidades LGPD. Disponível em: https://paraempresas.catho.com.br/penalidades-lgpd/>Acesso em: 14 de set. De 2022.

Poder360.Parâmetros para punição por infração à LGPD devem sair até janeiro.Poder360, Brasilia,06 de agosto de 2022. Disponível em:<https://www.poder360.com.br/governo/parametros-para-punicao-por-infracao-a-lgpd-devem-sair-ate-janeiro/> Acesso em: 20 de out. De 2022.

STJ Tribunal de Justiça. Lei Geral de Proteção de Dados e seus artigos. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Leis-e-normas/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais-lgpd/> Acesso em: 23 de out. De 2022.

Tecno Blog. Privacidade nos dados pessoais. Disponível em: < https://tecnoblog.net/responde/gdpr-privacidade-protecao-dados/> Acesso em: 23 de out. De 2022.

W3lcome. Definições sobre os dados pessoais dissecados na LGPD. Disponível em:< https://casasandreluiz.org.br/lgpd/?param1=value1&param2=value2/> Acesso em: 04 de nov. De 2022.